

OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

THE STUDENT MOVEMENTS IN THE HISTORY OF EDUCATION
AND THE STRUGGLE FOR THE DEMOCRATIZATION OF THE
BRAZILIAN UNIVERSITY

Marisa Bittar

Doutora em História Social (USP) com Pós-Doutorado em História da Educação (IOE/Londres);
Professora titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTED-
BR/UFSCar)
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
São Carlos-SP [Brasil]
bittar@ufscar.br

Mariluce Bittar

Doutora em Educação (UFSCar), com Pós-Doutorado em Educação (UFSC);
Professora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB);
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Política de Educação Superior (GEPPES);
Vice-coordenadora do GT Política de Educação Superior da
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
Campo Grande - MS [Brasil]

RESUMO: Embora o campo da pesquisa em História da Educação venha se fortalecendo continuamente nas últimas décadas e diversificando seus temas e fontes, o movimento estudantil, liderado pela juventude brasileira, ainda é pouco considerado como objeto de estudo. Assim, com este artigo, pretendemos contribuir para o conhecimento de um aspecto que no passado despertou mais interesse. Na primeira parte, o artigo aborda as características da universidade desde sua criação até a crise dos anos de 1960, quando explodiram as revoltas estudantis que exigiram reformas na sua estrutura. Na segunda, examina a contribuição dos movimentos estudantis brasileiros no século XX para a democratização da universidade brasileira relacionando-os aos momentos de luta pela própria democracia no País. O artigo baseou-se em fontes bibliográficas sobre o tema bem como em documentos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

PALAVRAS-CHAVE: Universidade brasileira. História da educação. Movimentos estudantis. Juventude.

ABSTRACT: Although the field of research in History of Education has been continuously strengthened in recent decades and diversifying its sources and themes, the student movement, led by Brazilian youth, is still not regarded as an object of study. So, with this article we intended to contribute to the knowledge of an aspect that sparked more interest in the past than today. In the first part, the article discusses the characteristics of the university since its appearance until the crisis of the 1960s, when the student riots erupted demanding democratic reforms in its structure. The second examines the contribution of Brazilian student movements in the twentieth century to the democratization of Brazilian university relating them to the moments of the struggle for democracy itself in the country. The article was based on bibliographic sources on the topic as well as documents from the National Union of Students (UNE) and the Brazilian Union of Secondary Students (UBES).

KEY WORDS: Brazilian university. History of education. Student movements. Youth.

Introdução

Tratamos neste artigo do segmento estudantil com características distintas em sua composição e função social em dois contextos também distintos. Na Europa, berço do nascimento da universidade, e também nos Estados Unidos da América, ainda hoje, de modo geral, os jovens estudantes universitários não são trabalhadores. No Brasil, isso foi uma realidade até a década de 1980. No entanto, com a expansão da educação superior ocorrida sobretudo pelo viés da iniciativa privada, em decorrência das políticas educacionais implementadas sob a ótica do neoliberalismo, não se pode afirmar que ela é reduto apenas das elites econômicas do País.

Não sendo os estudantes uma classe social específica, mas sim segmentos de várias classes, eles têm um lugar transitório na sociedade. A universidade não é uma fábrica, ela é muito diferente de qualquer unidade produtiva (no sentido da produção material). Desse modo, mesmo que os movimentos estudantis se estabelecessem por períodos contínuos e as revoltas estudantis fossem duradouras, elas não alterariam as raízes da alienação e das desigualdades sociais, pois elas não crescem na universidade em si, mas na sociedade em seu conjunto. O movimento estudantil, portanto, não tem caráter duradouro e nem pode substituir a organização dos trabalhadores como força social principal no contexto da sociedade capitalista. Mas, se o movimento estudantil tem caráter cíclico e descontínuo, além da natureza heterogênea que é própria do segmento estudantil con-

temporâneo, isso não quer dizer que as suas reivindicações – mesmo que apenas imediatas – devam ser negligenciadas, pois dessas manifestações pode nascer a consciência sobre as contradições sociais e a possibilidade de aliança com outros segmentos da sociedade para lutas mais amplas.

Hoje, no contexto neoliberal e ante a crise econômica que se abate nos países europeus devido a cortes salariais e de pensões, além de desemprego, novamente os estudantes saem às ruas e desafiam o poder constituído demonstrando a capacidade de crítica e de mobilização que são próprias desse segmento social. No Brasil, verifica-se refluxo comparativamente às grandes mobilizações do passado. Mas isto quer dizer que seus sonhos e utopias morreram? Procuraremos dar resposta a essa questão.

Os jovens na vida universitária

A universidade, uma das maiores inovações da história da educação ocidental durante a Idade Média, nasceu da convergência entre clérigos vagantes e mestres livres, por volta do ano 1000 e de início acolheu três campos bem distintos do conhecimento que se tornariam clássicos: as artes liberais, a jurisprudência e a medicina. Era uma corporação de poucos e atravessou os séculos como uma instituição de formação dos filhos, e bem em menor grau das filhas, da classe dirigente. Formar dentro do pensamento metódico, desenvolver regras de erudição independente, fornecer uma base cultural comum e, nesta base, assegurar os laços informais entre as elites dos diversos domínios da vida social, tal era o seu papel. O ensino profissional especializado não era mais que um subproduto. Segundo Mandel (1979, p. 41-42), “[...] mesmo nas ciências naturais, o acento era quase colocado sobre a teoria pura e o modo de financiamento do ensino superior dava na prática um monopólio do saber à classe dirigente”.

No século XIX ocorreu uma renovação em sua estrutura, cujos traços distintivos foram: a) a separação definitiva das ciências matemáticas e naturais da velha matriz das artes liberais, constituindo-se como um corpo em si; b) o surgimento das escolas superiores de engenharia; c) o fim do seu caráter abstrato e universalístico e assunção de todo um conjunto diferenciado de especializações. Todas essas novas características foram vivenciadas e implantadas pela universidade alemã reformada por Wilhelm von

Humboldt, que inaugurou o modelo da universidade fundada no princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa¹, que influenciou as universidades europeias e ocidentais, inclusive a universidade brasileira que, ao se constituir, herdou a influência dos princípios europeus, e, mais tarde, a forma organizacional da universidade norte-americana. No entanto, se essas transformações na sua estrutura organizacional foram fundamentais, ela continuou de elite até praticamente o final do século XX.

As novas exigências do modo de produção capitalista nessa época acarretaram mudanças na universidade e a colocaram em profunda crise na segunda metade do século XX, pois ela não estava preparada para receber os novos contingentes sociais que passaram a compor os estudantes universitários. Em outras palavras: entrou em crise profunda sob o choque da explosão universitária, pois o fato de ela não mais poder recrutar os jovens exclusivamente entre as classes possuidoras, criou uma necessidade imediata de infraestrutura social que a universidade clássica não mais podia oferecer.

Tal crise começou na Europa e abalou todo o sistema até então aristocrático da universidade europeia, como também dos Estados Unidos da América; basta considerarmos, por exemplo, o padrão das duas principais universidades britânicas, Oxford e Cambridge, extremamente seletivas e nas quais só ingressavam os filhos da aristocracia. Ao estudar o movimento estudantil “revolucionário” do final da década de 1960 na Europa, Ernest Mandel indicou dois fatores que contribuíram para a mudança da universidade: por um lado, a necessidade de mão de obra especializada no plano técnico e num aparelho de Estado em crescimento; por outro, a necessidade de responder à crescente procura de estudos superiores que, “[...] devido ao aumento do nível de vida, as classes médias, os funcionários, os trabalhadores de serviços e mesmo, embora em menor escala, os operários qualificados, começavam a procurar como meio de promoção social” (MANDEL, 1979, p. 42).

Ainda segundo esse autor, até aquele momento, pelas próprias condições estruturais da universidade e pela origem social dos estudantes, o tipo de juventude que a frequentava não tinha encontrado, nem no seu local de estudo, nem nas condições familiares, nem na própria cidade, razões iminentes de revolta social. Para ele, poucas exceções fugiam a essa situação, uma delas era a condição da comunidade negra dos Estados Unidos e os

imigrantes mal pagos da Europa Ocidental. No entanto, os universitários provenientes desse meio proletário nos países ocidentais eram uma ínfima minoria. A larga maioria dos estudantes vinha de meios pequeno-burgueses ou da média burguesia, ou mesmo das camadas de trabalhadores mais favorecidas. Quando chegavam à universidade, não estavam, segundo ele, preparados, devido à vida que levavam até então, para compreender criticamente o mundo e suas contradições, e, em consequência, a necessidade da revolta social.

De acordo com Mandel (1979, p. 21), esses estudantes adquirem “[...] pela primeira vez consciência disso no quadro da universidade porque se encontram confrontados com condições que os conduzem para o caminho da revolta”. Essas condições abrangiam a organização, a estrutura e o programa dos cursos inadequados, bem como uma série de experiências no contexto da universidade burguesa, que se tornam insuportáveis para uma fração cada vez maior de estudantes.

Para alguns, as razões da revolta estudantil estavam ligadas à falta de participação dos estudantes na elaboração dos programas e nenhum direito para, pelo menos, co-determinarem a sua própria existência durante os quatro ou cinco anos que passariam na universidade. Para Mandel (1979, p. 19-28), mesmo que as condições materiais fossem melhoradas, a revolta teria explodido porque a estrutura autoritária e o conteúdo inadequado do ensino recebido, pelo menos no domínio das ciências sociais, eram muito mais causas do descontentamento do que as condições materiais.

Portanto, razões de ordem ideológica estavam na raiz da revolta, que começou enfrentando problemas dentro da universidade e rapidamente ultrapassou os limites dela. Desenvolveu-se e aprofundou-se colocando uma série de questões sociais e políticas que não estavam diretamente ligadas ao que se passava na universidade. Na Universidade de Columbia, por exemplo, a questão da opressão da comunidade negra foi levantada pelos estudantes. Ao mesmo tempo, empreenderam ações de solidariedade com as lutas revolucionárias de emancipação dos povos dos países subdesenvolvidos, com Cuba, com o Vietnã e outras partes do Terceiro Mundo; frações de esquerda identificaram-se com a revolução argelina contra o imperialismo francês. O processo, em síntese, partiu da França, Alemanha e Itália, estendendo-se em seguida para a Grã-Bretanha e foi marcado pela tomada de consciência estudantil sobre o

colonialismo, sobre as injustiças da exploração do Terceiro Mundo e pela libertação desses países contra o imperialismo.

Foi assim, com bandeiras de lutas amplas e colocando abertamente ideais socialistas, que os estudantes europeus escreveram, em maio de 1968, uma das páginas mais bonitas e incomuns da História da Educação. Tomando as ruas de Paris, por exemplo, erguendo barricadas e desafiando os poderes constituídos, eles propunham uma autogestão na universidade, contrários a todo poder instituído. Estavam determinados a estabelecer o poder estudantil, embora pouco explicitassem o que isso significava. Excessos aconteceram, mas talvez eles devam ser debitados a séculos de educação autoritária e elitista na qual os estudantes não puderam ter voz ativa, foram humilhados com castigos, com indiferenças, com a soberba de mestres arrogantes, e sem nunca terem podido falar na primeira pessoa, ou seja, falar deles por eles mesmos.

Assim, a síntese que se pode extrair dessas revoltas é que elas representaram a tomada de consciência, pelos estudantes, do autoritarismo e do fato da desigualdade social; isto é, compreenderam que a desigualdade educacional tinha raiz na desigualdade socioeconômica.

Nesse sentido, é preferível entender que se o movimento estudantil de 1968 não representou uma vitória total, ele também não foi um fracasso completo.

A universidade e os movimentos estudantis brasileiros

No Brasil, primeiramente, nasceram os cursos superiores isolados, ainda no período colonial (1808). Uma universidade no sentido moderno do termo, isto é, uma instituição que pratica ensino e pesquisa, tal como foi concebida na Alemanha no século XIX, só apareceu no cenário educacional brasileiro em 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo (USP).

Até o século XIX, quando a estrutura produtiva ainda era baseada na escravidão, aos filhos primogênitos da aristocracia agrária estava reservada uma única herança: ser senhor de engenho, como seus pais. Depois, com a diversificação econômica e social, introdução do trabalho assalariado e implementação de práticas capitalistas, uma nova camada social foi

surgindo, as camadas médias urbanas, que passaram a ver na educação o único canal de ascensão social. A educação deixou, assim, de ser exclusivamente reservada aos filhos da aristocracia rural.

Símbolo de status social, especialmente depois da criação dos dois primeiros cursos de Direito, em 1827, um em Pernambuco, outro em São Paulo, a obsessão dos filhos da classe dominante brasileira no século XIX era a de serem chamados de “doutor”. A cultura bacharelesca, desde então, encontrou ambiente propício para se arraigar. Numa sociedade rural, de base escravista, em que as escolas de primeiras letras eram raras, quem conseguia cursar o primário completo já fazia parte de uma elite; o que dizer então de quem obtinha um diploma de curso superior?

Os dois cursos passaram a ser os mais procurados pela elite aristocrática brasileira constituindo-se em caminho para a carreira política, pois o currículo do curso, com forte teor humanístico, proporcionava cultura geral adequada para o exercício de futuros cargos de senador, deputado ou presidente. Na verdade, obtinha-se nesses cursos uma retórica, um verniz de cultura, uma capacidade discursiva que foi observada e registrada em obras de viajantes que por aqui passaram no século XIX, como foi o caso da preceptora alemã Ina von Binzer, que trabalhou em fazendas paulistas ensinando filhos dos senhores de terra entre 1881 e 1884. Mal desembarcou, foi recepcionada pelo senhor que a contratara, o “Dr. Rameiro”, a quem logo depois se reportou numa carta da seguinte forma: “*O Dr. Rameiro veio buscar-me. Não sei por que o chamam de ‘doutor’. A única explicação verossímil seria a de que todo brasileiro bem colocado na vida já nasce com direito a esse título*” (BINZER, 1982, p. 17). Em outra carta, tratando do “talento declamatório” dos jovens estudantes da aristocracia, afirma que “[...] o brasileiro é um orador nato [...] dão a vida por falar, mesmo quando é para não dizer nada”. No entanto, conclui a jovem prussiana: “*Tudo é exterior, tudo gesticulação e meia cultura*” (BINZER, 1982, p. 76).

Depois de abolida a escravidão (1888) e proclamada a República (1889), reformas e propostas para a educação brasileira não faltaram, porém, pouco saía do papel. A escola pública primária, que deveria ser a base para a cidadania, era privilégio de poucas crianças e o Brasil, segundo Otaíza Romanelli (1986), chegou à década de 1960 com 39,35% de analfabetismo, o que explica o surgimento das iniciativas de educação popu-

lar, como o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire. Com o apoio da União Nacional de Estudantes (UNE) e de uma parte da Igreja Católica que aderiu à teologia da libertação, o educador pernambucano começaria a alfabetizar adultos tornando-se o maior educador brasileiro de todos os tempos.

A UNE, criada no dia 11 de agosto de 1937 no Rio de Janeiro, já havia protagonizado importantes movimentos políticos como a campanha “O petróleo é nosso”, que visava à soberania brasileira sobre a exploração do petróleo numa época política polarizada entre esquerda e direita, influenciada pelo contexto internacional da Guerra Fria. A luta prosseguiu até 1953, quando então ocorreu a criação da Petrobras.

Anteriormente à UNE, houve o primeiro ensaio de atuação estudantil no Brasil, em 1901, quando foi criada a efêmera Federação dos Estudantes Brasileiros. Em 1910, foi realizado o I Congresso de Estudantes em São Paulo. Depois, os estudantes de Direito de São Paulo tomaram parte na Revolução de 1930 e na sequência, com o ambiente político marcado pelo nacional-populismo, passaram a atuar em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista, inserindo-se nas questões políticas nacionais da época.

Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, nesse contexto, os estudantes brasileiros, recém-organizados, opuseram-se desde o início ao nazi-fascismo.

No calor do conflito, em 1942, os jovens ocupam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo 132, Rio de Janeiro, tradicional reduto de militantes nazi-fascistas. Naquele mesmo ano, o presidente Vargas concedeu o prédio ocupado do Clube Germânia para que fosse a sede da União Nacional dos Estudantes. [...] e oficializou a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros. (UNE, 2013).

Depois da Guerra, como já mencionado, a UNE se engajou na campanha “O petróleo é nosso”; em seguida, na crise institucional ocasionada pela renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), ela transferiu momentaneamente a sede da entidade para Porto Alegre, onde Leonel Brizola lançou a “Campanha pela legalidade”, isto é, pela imediata posse do vice-

presidente João Goulart contra as forças de direita que já estavam articulando um golpe de Estado. Depois de empossado, foi o primeiro presidente a visitar a sede da UNE, reinstalada no Rio de Janeiro, em ambiente de recrudescimento de posições conservadoras contra a entidade.

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), a entidade compôs a Frente de Mobilização Popular defendendo mudanças sociais profundas, dentre elas, a reforma universitária no contexto das Reformas de Base. A UNE esteve fortemente engajada nos Círculos de Cultura e nas ações de alfabetização popular de adultos, especialmente com o educador pernambucano Paulo Freire. Ao mesmo tempo, tinha uma pauta de reivindicações centrada na democratização da universidade. Na época, esse grau de ensino abrangia poucas universidades públicas, algumas confessionais, especialmente católicas, e algumas faculdades isoladas. Nesse contexto, os estudantes provinham principalmente das camadas mais ricas da população e em proporção bem menor das classes médias urbanas constituindo uma elite intelectual do País. Luiz Antônio Cunha (1985, p. 27) emprega os termos “torre de marfim” e “mansão dos eleitos” para se referir à universidade de 1950-1960, enquanto dados de José Luis Sanfelice (2008, p. 21) mostram que em 1965 estavam matriculados na educação superior 142.386 estudantes em todo o território nacional para uma população de 79.837.000, um número absolutamente irrisório.

O movimento estudantil, portanto, originava-se dessa pequena parcela de jovens brasileiros localizada principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por essa razão, a UNE precisava sair desse eixo e compreender os contrastes da realidade brasileira, estendendo a sua representatividade, o que aconteceu em 1962, quando

[...] lançou um projeto ousado, a mobilização a partir de caravanas que rodariam o Brasil. A primeira delas foi a UNE Volante, que, em conjunto com o Centro Popular de Cultura (CPC), contribuiu para consolidar a dimensão nacional da entidade em todo o território do Brasil. (UNE, 2013).

De acordo com Cunha (1985, p. 16), em instituições que estavam atentas às mudanças sociais, como UNE e Igreja Católica, “[...] ocorreram oportunidades de prática de cultura popular que conflitavam com a

educação conservadora, encastelada na cátedra universitária vitalícia”. Essa prática foi concretizada no Movimento de Cultura Popular (Pernambuco); no Movimento de Alfabetização Paulo Freire (fundado em Recife); na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (Rio Grande do Norte); no Movimento de Educação de Base (MEB), nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; no Centro Popular de Cultura (órgão cultural da UNE) que, a partir de 1963, passou a atuar mais diretamente na alfabetização de adultos (CUNHA, 1985).

Todos esses movimentos preconizavam, de uma forma ou de outra, a democratização da educação e da cultura e, por isso, foram vistos como subversivos pelos partidos de direita que, articulados com as Forças Armadas, depuseram o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. O presidente da UNE, José Serra, havia sido um dos principais oradores do comício da Central do Brasil, defendendo as reformas sociais. No dia seguinte ao golpe, o prédio da UNE foi incendiado e ela teve de começar a realizar seus congressos ilegalmente, como foi em 1966, em Belo Horizonte, no porão de uma igreja. Em 1968, ano emblemático por suas revoluções culturais em todo o mundo, estudantes e artistas engrossaram a passeata dos *Cem Mil* no Rio de Janeiro, reivindicando democracia, liberdade e justiça.

No entanto, os militares endureciam a repressão em episódios como o assassinato do estudante secundarista Édson Luis Lima Souto e a invasão do Congresso da UNE em Ibiúna (SP), com a prisão de cerca de mil estudantes. No fim do ano, a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) sinalizou o recrudescimento do regime e da repressão. Nesse ambiente, o governo realizou a Reforma Universitária (Lei 5.540, de 1968) temendo a mobilização estudantil².

Começava aí a expansão da universidade com abertura para a iniciativa privada e o seu controle pelo pensamento tecnocrático. Durante esse período de clandestinidade da entidade, duas de suas principais lideranças foram mortas pela repressão militar: Honestino Guimarães, que presidiu a UNE de 1971 a 1973 e Alexandre Vannuchi Leme (1973).

A partir de 1968, intensas divisões internas caracterizaram a UNE. Uma parte dela, inspirada nos princípios das revoluções cubana e chinesa, aderiu à luta armada como forma de enfrentamento do regime militar. Segundo consta em obra de José Luis Sanfelice (2008, p. 167-168), essas

correntes passaram a preconizar uma aliança operário-estudantil-camponesa para derrotar a ditadura e iniciar uma revolução socialista no Brasil, conforme se lê:

Algumas tendências existentes no movimento estudantil passaram a entender que a alternativa prática dentro da sociedade, como resposta para a incapacidade da pequena burguesia de derrubar o governo instalado em 1964, era a ação militar de vanguarda e de luta frontal contra o regime militar.

Basicamente, foram grupos dissidentes que deixaram o Partido Comunista Brasileiro para fundar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que também recebeu estudantes da Juventude Católica. Um contingente ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) também adotou a mesma opção. Outra parte da UNE, também marxista (PCB), defendeu a reorganização da sociedade por meio de um trabalho de base. Essa tendência cresceu no final da década de 1970 somando-se a outros importantes movimentos democráticos como a Anistia, a liberdade de imprensa e o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), resultando na reconstrução da UNE em 1979 na cidade de Salvador; na Anistia aos presos políticos; e no restabelecimento das eleições diretas para governadores de estado, em 1982.

A campanha pelas “Diretas-Já”, exigindo eleições diretas para a presidência da República, em 1984-85, foi o momento de maior demonstração de força da oposição à ditadura, com mobilizações massivas em todo o País e nelas a UNE desempenhou importante papel como também as entidades estaduais que haviam sido criadas nesse período em vários estados e universidades pelo interior do Brasil; ou seja, o movimento estudantil nesse momento deixou de estar concentrado no eixo Rio-São Paulo-Minas.

Outro importante movimento foi a recriação, desde 1977, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), ato consolidado em 1981 na cidade de Curitiba. Essa entidade havia sido fundada em 1948 e atuava em colaboração com a UNE. No início da década de 1960, passaram a integrar a Frente de Mobilização Popular que envolvia outros importantes movimentos sociais brasileiros da época. Em 1964, a UBES sofreu um duro revés. Muitos de seus dirigentes e militantes foram perseguidos e

exilados, a organização da entidade ficou debilitada, e, em seguida, foi extinta (1969 a 1980), período no qual os estudantes continuaram a se organizar diretamente nas escolas. Em 1968, durante uma de suas manifestações no Rio de Janeiro, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, de 16 anos de idade, transformou-se em símbolo de resistência contra a ditadura e marcou a história da UBES. À semelhança da UNE, também a UBES, em 1984, participou ativamente da campanha das “Diretas-Já”. Em seguida, após a derrota da emenda que deveria restabelecer eleições diretas, apoiou a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República. O então presidente da entidade Apolinário Rebelo foi o primeiro a discursar no Comício da Candelária que reuniu um milhão de pessoas.

Com o fim da ditadura militar e restabelecimento do Estado de direito democrático, a UNE e o movimento estudantil ingressaram em uma fase muito distinta de sua história. Em 1985, mesmo ano do final do regime militar, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de autoria do deputado e ex-presidente da UNE Aldo Arantes, devolvendo a condição de legalidade à UNE.

Nesse novo contexto, ocorreram os movimentos “fora Collor”³, em 1992, e a retomada da sede da UNE na Praia do Flamengo, em 2007. Uma tentativa de retomá-la havia sido frustrada no início da década de 1980, durante o último governo militar, do General João Baptista Figueiredo, ocasião em que os estudantes foram reprimidos e o prédio demolido. Dessa vez, porém, garantidos pelas liberdades políticas, os estudantes ocuparam o terreno de sua antiga sede, que estava de posse de um estacionamento clandestino. Após a ocupação que se prolongou por meses, a UNE ganhou na justiça a posse do local e, alguns anos depois, o reconhecimento do Congresso Nacional de que o Estado brasileiro tinha uma dívida com os estudantes pela invasão, incêndio e demolição da sua sede.

Em 2010, um dos últimos atos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva consistiu em inaugurar, no local, as obras para a reconstrução do prédio da UNE.

Após a conquista da estabilidade política, tanto a UNE quanto a UBES se opuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), entendendo que deveriam lutar contra a mercantilização da educação, pois

[...] durante seu governo, foram privilegiadas as instituições particulares de ensino, com o sucateamento das universidades públicas e atrito constante com professores, funcionários e estudantes das federais de todo o país (UNE, 2013).

As duas entidades apoiaram o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), conforme se manifestou a UBES:

Desde o início do governo Lula aproximou-se [a entidade] do governo federal defendendo mudanças na política econômica além de mais recursos para a educação e a cultura, e buscou manter uma postura de independência, criticando algumas alas do governo, e buscando o avanço da luta dos estudantes brasileiros.

Quanto aos dirigentes da UNE, afirmam que:

Em 2002, uma grande coalizão das forças populares e democráticas do Brasil conduziu o metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do país. Os estudantes apoiaram a candidatura Lula após um plebiscito nas universidades. Durante a gestão do novo presidente, que também seria reeleito como seu antecessor, os estudantes reabriram o canal histórico de interlocução com o governo federal. Assim como Jango, Lula, por duas vezes, visitou pessoalmente a sede da UNE na mesma Praia do Flamengo 132. (UNE, 2013).

No caso de Lula e, mais recentemente, do apoio à presidente Dilma Roussef, ex-militante estudantil e primeira mulher a governar o Brasil, a UNE tem sido criticada pelo seu apoio ao governo e ter perdido capacidade de crítica e de mobilização. Mas, do ponto de vista de suas lideranças, ela avançou em conquistas como política de acesso e permanência dos jovens brasileiros de camadas populares na educação superior, com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni, 2004), que garante bolsas em instituições de educação superior privadas para estudantes de baixa renda, e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (Reuni, 2007), programa de expansão de vagas em universidades públicas, entre outros.

Considerações Finais

A História da Educação mostra que os estudantes sempre tiveram ideais e se engajaram em causas políticas ou sociais, mas nem sempre houve movimentos estudantis tais como os que conhecemos no século XX. Pelo fato de a universidade ter nascido como uma instituição de elite, os jovens que conseguiram ingressar nessa “torre de marfim” constituíam uma ínfima parcela da sociedade e, dentro dela, os que participaram dos movimentos estudantis eram uma parcela ainda menor. Na segunda metade do século XX, os estudantes universitários europeus tomaram consciência de que a desigualdade educacional era decorrência da desigualdade social, fato que os levou a defenderem uma reforma universitária e a se engajar em lutas políticas em prol de uma sociedade mais justa. Com esses ideais, em maio de 1968, ano emblemático do movimento estudantil no mundo, os universitários parisienses de esquerda se amotinaram nas ruas da cidade desafiando os poderes constituídos. Tais movimentos ocorreram em contextos políticos democráticos objetivando aprofundar a democracia, ou seja, dar-lhe caráter mais social. A reforma da universidade seria uma das estratégias para isso e vários países, com base nessas manifestações, expandiram seus sistemas universitários.

No Brasil, a origem da universidade, além de ter sido tardia, também foi elitista. Embora tendo feito manifestações desde o início do século XX, foram as décadas de 1930 e 1950 que assinalaram o início do engajamento político dos estudantes universitários em movimentos políticos mais amplos, principalmente no contexto do nacional-populismo. Na sequência, o pré-64 foi marcado por mobilizações que pretendiam o aprofundamento da democracia e pela polarização ideológica mundial advinda da Guerra Fria entre capitalismo e socialismo. No auge dessas mobilizações populares, o golpe de 1964 depôs o presidente João Goulart e a repressão se abateu sobre os universitários em 1968. Assim, há uma diferença substantiva entre os movimentos estudantis dessa época na Europa e os brasileiros. Na Europa Ocidental, o contexto político era

de democracia enquanto aqui o movimento estudantil em sua fase mais expressiva combateu uma ditadura. Ou melhor: do final da década de 1950 até 1964, o movimento teve como bandeira o aprofundamento da democracia; com o golpe militar e o retrocesso político, foi necessário lutar pela volta da democracia.

No enfrentamento à ditadura militar, lideranças estudantis que atuavam em partidos de esquerda marxistas de várias tendências aderiram à luta armada, que se mostrou uma forma equivocada de resistência. A reconstrução da UNE, em 1979, aprofundou a tendência de reorganizar os estudantes em entidades como Diretórios e Centros Acadêmicos, forma de luta defendida pelas lideranças estudantis que não haviam aderido à luta armada. Essa forma de atuação se mostrou acertada e no início dos anos de 1980, já com o Partido dos Trabalhadores (PT) criado, os estudantes somaram-se a outros movimentos políticos de resistência à ditadura protagonizados pelos trabalhadores, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por setores progressistas da Igreja Católica, artistas, etc. As manifestações massivas pelas “Diretas-Já”, com participação dos movimentos estudantis de quase todos os estados brasileiros, inclusive secundaristas, cresceram nacionalmente. No entanto, com o fim da ditadura militar, houve uma espécie de dispersão, talvez em função da nova situação, que exigia novas bandeiras e formas de luta.

Ao mesmo tempo, a política educacional foi marcada pela estagnação da universidade pública na década de 1990, crescimento das instituições de educação superior, e expansão do sistema federal na chamada “era Lula” (2002-2010). Essa expansão e a adoção de políticas de inclusão começaram a ocorrer concomitantemente ao contexto internacional da globalização e das políticas neoliberais, o que inaugurou uma época complexa e novos desafios ao movimento estudantil. A expansão da educação superior decorrente de políticas como o Reuni e ProUni, além das medidas de inclusão, como a implantação do sistema de cotas para jovens negros e indígenas, mudaram o perfil da educação superior no País. Em decorrência disso e das mudanças sociais, culturais e políticas operadas no âmbito da globalização e da revolução técnico-científica, que inauguraram novas formas de relação entre as pessoas, os movimentos estudantis também não são mais os mesmos. No entanto, não se pode dizer que os estudantes estejam desinteressados da participação política.

Nesse contexto mais difícil e complexo, em 2007, o cineasta Silvio Tendler analisou a história da UNE na data dos setenta anos da entidade, considerando que a luta da sua geração tinha um inimigo claro, mas hoje ele está disfarçado na globalização e no processo etéreo de liberdade que, na verdade, manipula a informação.

Naquela época, tínhamos uma ditadura militar fardada, era mais fácil identificar o inimigo, hoje não, você tem de lutar contra um inimigo invisível. [Sobre as perspectivas do movimento estudantil representado pela UNE, afirmou:] A UNE tem de continuar as suas lutas, expressando o pensamento crítico que a sociedade tanto pede dos jovens, ela deve rejeitar o caminho do aparelhamento, da dominação e ser realmente a entidade libertária do movimento dos estudantes e estar ligada a todo o povo nas grandes transformações sociais que o Brasil pede. (TENDLER, 2013).

O papel dos estudantes como força motora e estimuladora de processos de mudança, portanto, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Retomando a questão formulada na Introdução deste artigo, acreditamos que os sonhos e utopias não morreram, mas se manifestam hoje de forma difusa no cotidiano das nossas universidades.

Notas

- 1 O modelo fundado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988.
- 2 Bittar (2001), em artigo intitulado “O Estado autoritário e a Reforma Universitária”, afirma que, no ano de 1968, os estudantes universitários, organizados em suas entidades acadêmicas, mobilizaram-se no sentido de exigir reformas de base no País, em todos os setores, inclusive a reforma universitária. A universidade transformara-se no único foco de resistência ao regime militar, no qual abrigavam-se estudantes e professores contrários ao regime de exceção. “É nesse contexto que o governo se antecipa em desencadear medidas visando ao controle do movimento estudantil. Uma dessas medidas é o Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968, instituindo o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária [...]”, para o qual os estudantes foram convidados, mas coerentes com suas lutas ideológicas, não aceitaram participar.
- 3 Movimentos populares, ocorridos em 1992, que reivindicaram a destituição do Presidente da República Fernando Collor de Mello, envolvido em denúncias de corrupção. Os estudantes saíram às ruas, com as caras pintadas, exigindo o impeachment do presidente.

Referências

- BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Tradução Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BITTAR, Mariluce. O Estado Autoritário e a Reforma Universitária. *Série-Estudos*, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, n. 12, p. 123-133, 2001.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MANDEL, Ernest. *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Antídoto, 1979.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Alínea, 2008.
- TENDLER, Silvio. *Memória do movimento estudantil*. [Cuca entrevista Silvio Tandler]. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ayrxgNKqUIg>. Acesso em: 7 fev. 2013.
- UBES. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Brasileira_dos_Estudantes_Secundaristas>. Acesso em: 4 abr. 2013.
- UNE. História da UNE. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

Recebido em 5 jun. 2013 / Aprovado em 16 abr. 2014

Para referenciar este texto

BITTAR, M.; BITTAR, M. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. *EccoS*, São Paulo, n. 34, p. 143-159. maio/ago. 2014.

